



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

Da menina preta que fui à mulher negra que sou: Percepção de uma identidade negra a partir das vivências acadêmicas

Claudia Souza Santos

Aluna do Curso de Pós-graduação Memória: Sociedade e linguagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. (BA). Bolsista CAPES. E-mail: clodeslilla@gmail.com.

João Diógenes Ferreira dos Santos

Doutor em Ciências Sociais e professor do Programa de Pós-graduação em Memória, Sociedade e Linguagem. Docente Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. (BA). E-mail: jdiogenes69@gmail.com

Resumo: Num processo de assimilação e construção, onde a compreensão de mundo, de ser e de pertença, permeia a cultura que conceitua o belo, o feio o bem e o mal, ela subtendia através destas assimilações, que ser negra e feia era um castigo, como afirma Fanon (2008, p. 109), “A evidência estava lá, implacável. Minha negrura era densa e indiscutível. Ela me atormentava me perseguia, me perturbava, me exasperava”. Este relato de história pessoal, busca através das memórias subjetivas e sociais da trajetória de vida da narradora, promover um debate sobre como as experiências de racismo circunscrita no gênero e na classe social influenciam na construção da identidade étnico-racial desta, desde a infância, que de acordo com Corsaro (2011), é um período em que as crianças atuam como membros construtoras de suas subjetividades, assimilando as culturas adultas ao mesmo tempo em que constroem suas próprias e exclusivas culturas. Nesta observação, os atributos físicos que o seu corpo negro apresentava, o colocava constantemente em desalinho com os que eram exigidos pela cultura imposta. Assim, tendo por maior interesse analisar o processo de construção da identidade étnica negra em mulheres, observando a importância da Lei 10.645/08 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Como política pública que visa promover através da educação a valorização da identidade étnico-racial. Tais experiências serviram de motivação para a narradora/pesquisadora desenvolver uma pesquisa acadêmica a nível de mestrado.

Introdução

O desenvolvimento desta pesquisa deriva inicialmente das minhas experiências em minha infância que, de acordo com Corsaro (2011) é um período em que as crianças atuam como membros construtores de suas subjetividades, assimilando as culturas adultas ao mesmo tempo em que constroem suas próprias e exclusivas culturas. Nesse processo de assimilação e construção, onde a

compreensão de mundo, de ser e de pertença, permeia a cultura que conceitua o belo, o feio o bem e o mal, em minha infância eu entendia através destas assimilações, que ser negra e feia era um castigo, como afirma Fanon (2008, p. 109), “A evidência estava lá, implacável. Minha negrura era densa e indiscutível. Ela me atormentava me perseguia, me perturbava, me exasperava”. Gomes (2002) afirma que as crenças e sentimentos pertencentes à vida social são



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

atribuídos ao corpo, de forma que este carrega em si, além das implicações biológicas inerentes a todos os corpos, imposições próprias de culturas que de forma intencional age no sentido de exaltar ou inibir certos comportamentos e atributos que chancela o indivíduo a castigo ou recompensa, conforme for à intencionalidade da cultura vigente.

Nesta minha experiência, os atributos físicos que o meu corpo apresentava, me colocavam constantemente em desalinho com os que eram exigidos pela cultura imposta. Portanto, esta percepção de despertença não partiu de mim mesma do sentir biológico do meu corpo, mas de acordo com Schwarcz (2012), é fruto de uma ideologia da cultura nacional do branqueamento presente no Brasil, reforçada a partir do século XIX com as teorias científicas raciais que alimentavam o desejo e o imaginário das elites brasileiras de transformar a nação em um país de raça pura, civilizado e superior.

Munanga (2008) nos fala desta cultura nacional do branqueamento quando aponta a preocupação das elites brasileiras com a herança inferior que o negro e a negra representavam: “Toda preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época, diz respeito à influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro e da negra nesse processo de formação da

identidade étnica brasileira”. (MUNANGA, 2008, p. 48).

Gomes (2003) ressalta as estratégias racistas usadas pela sociedade para segregar o negro e a negra:

Uma sociedade racista usa de várias estratégias para discriminar o negro. Alguns aspectos corporais, no contexto do racismo, são tomados pela cultura e recebem um tratamento discriminatório. São estratégias para retirar do negro o status de humanidade. Talvez seja esta uma das piores maneiras de o racismo se perpetuar. Ele transforma as diferenças inscritas no corpo em marcas de inferioridade. Nesse processo são estabelecidos padrões de superioridade/ inferioridade, beleza/feiúra. (GOMES, 2003, p. 80).

Essas memórias subjetivas de inferioridade construídas a partir de suas interações e assimilações com as sociedades racistas, internalizou no povo negro uma imagem negativa de traços, cor e textura de cabelo característicos de sua etnia. (MUNANGA, 2012).

Ainda sobre a motivação inicial desta pesquisa, recordo o tempo de escolarização na década de 1980, quando fui vítima de várias ofensas e xingamentos relacionados à minha cor e a textura do meu cabelo, por parte dos colegas e também de professores e funcionários da escola que através do seu silenciamento diante das situações de agressões e racismos, colaboravam para a sua



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

perpetuação. Como nos fala Munanga (2011), trata-se de uma concordância velada, “o racismo à brasileira”.

Na década de 1980, a escola não possuía um aparato didático capaz de contribuir para a igualdade étnico-racial, nesse momento histórico, os atributos físicos, característicos da etnia-racial negra são tidos como inferiores, desprovidos de beleza e valor, o que evidencia as relações imersas na diferença e construídas historicamente nos argumentos de poder das hierarquias raciais do grupo étnico dominante no Brasil. Munanga (2005) esclarece que:

Quando falamos em discriminação étnico-racial nas escolas, certamente estamos falando de práticas discriminatórias, preconceituosas, que envolvem um universo composto de relações raciais pessoais entre os estudantes, professores, direção da escola, mas também o forte racismo repassado pelos livros didáticos. Não nos esqueçamos, ainda, do racismo institucional, refletido nas políticas educacionais que afetam negativamente o negro. (MUNANGA, 2005, p. 50).

Ramos (2015), chama a atenção em sua dissertação de mestrado para o fato de que na década de 1980 as discussões sobre racismo, identidade negra e igualdade étnico-racial não eram de conhecimento comum, pois as discussões sobre estas temáticas só vieram a

emergir no espaço escolar a partir da década de 1990:

Nove anos antes do início da década de 1990, a temática racial, ainda, não havia chegado à escola, formalmente, mas, em meados da década de 1990, entre 97 e 96, 95/96, com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1997), surge à possibilidade para a entrada objetiva das discussões sobre a questão racial na escola, mesmo que de modo transversal. (RAMOS, 2015, p. 14)

Essas discussões foram introduzidas na escola mesmo que de forma transversal, cerca de 10 anos depois da minha iniciação escolar. Assim, nestes espaços nos quais a raça opera como forma de classificação social, demarcação de diferenças e interpretação política e identitária, o negro e a negra assimilam e constrói em seus processos cognitivos uma negativa memória individual, pois mesmo estando inserido no grupo social, como coloca Fentress e Wickham (1992), é o indivíduo quem recorda.

A apresentação da memória neste espaço é como um processo vivido e vivente que se entrelaça no tempo, espalhando seus fragmentos, como a própria vida que sustenta a experiência. Como afirma Nora (1993, p. 09), “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”.

Esta memória que segundo Halbwachs (2006) é individual, mas que possui suas raízes em



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

diferentes grupos sociais e coletivos, ou seja, esta memória não é somente de um indivíduo, mas de todos aqueles que compartilham dos mesmos traços físicos.

Halbwachs (2006), nos lembra que, tanto os processos cognitivos de rememoração presente na memória, quanto a própria lembrança, são influenciados pelo contexto social em que o indivíduo se encontra. Essas memórias além de identificar o grupo social ao qual se pertence, também identifica, o grupo social do qual não faz parte, pois as experiências passadas e as aspirações para o futuro são experienciadas individualmente e estruturadas socialmente no grupo.

Por fim, as memórias coletivas e individuais que trago de minha infância ainda são constantemente recordadas nas situações de racismo que vivo e presencio no tempo atual. Assim como, ainda é constante as situações de racismo e desvalorização estética, vividas e presenciadas pelas crianças negras no decorrer da história do Brasil, nas formas individuais e coletivas. Por tudo isso, as discussões acerca de uma identidade negra emancipada, justifica-se e se faz relevante em todo e qualquer espaço social e acadêmico com o objetivo de erradicar essas diferenças.

Diante do exposto questionamos, Como as estudantes negras do ensino fundamental de uma escola da rede pública municipal da

cidade de Jequié- BA constroem suas identidades étnicas-raciais?

Pela grande abrangência deste questionamento, visto que a construção da identidade étnica-racial perpassa por vários contextos sociais em que as estudantes convivem. Pela demanda de tempo e condição que a pesquisa dispõe e por entendermos que a escolha do recorte a ser pesquisado possui uma importância para o resultado e fundamento da pesquisa, o recorte social e estrutural que decidimos desenvolver nesta pesquisa, se limita a o espaço escolar, já que de acordo com Candido (1971) a estrutura organizacional da escola não está sustentada apenas por um plano racional determinado pela burocracia, ela é uma totalidade mais diversificada, que além de compreender as relações organizadas conscientemente, compreende também, todas as interpelações que permeiam sua existência enquanto grupo social, sendo portanto, a escola, um espaço que acontece situações e relações suficientemente capaz de responder ao questionamento.

O período geracional da infância que, de acordo com Corsaro (2011) é um período geracional, é também uma categoria estrutural na qual as crianças vivem e transformam-se constantemente. Assim, as crianças, como agentes sociais, produtoras de culturas,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

assimilam, reproduzem e ressignificam as práticas culturais experienciadas nas relações.

Porquanto entendemos, a partir das afirmações de Corsaro (2011) que é já a partir da infância que a criança desenvolve suas construções subjetivas mediadas por suas relações coletivas que vai formando sua identidade, num processo contínuo por toda a sua vida, reiteramos a necessidade de se discutir as construções de identidade negra desde a infância, pois esta discussão também se justifica no sofrimento que as memórias das situações de racismo causam às crianças, tanto neste período geracional de suas vidas, quanto na sua vida adulta.

Halbwachs (2006) afirma que as memórias de experiências vividas, pessoal ou de outros, que não é apenas a percepção do passado, mas a necessidade do presente que busca no passado estas memórias. Ou seja, as memórias, que não precisam terem sido vividas propriamente pelo indivíduo que recorda, mas que através da necessidade do presente reformula essas imagens do passado, não por acaso, mas em decorrência das situações atuais, insistem nestes mesmos comportamentos, causando um mesmo desconforto que outrora causou, visto que, essas lembranças fomentadas por essas recorrências presente, sofrem influências em sua projeção atual dos processos cognitivos

subjetivos que se concretizam nos espaços sociais das relações.

A minha história pessoal, as construções subjetivas e de identidade negra sempre me motivaram a buscar, através de pesquisa, respostas e soluções positivas para a desigualdade de direitos, para o racismo e a segregação a que nós pessoas negras, fomos e ainda somos submetidos. No entanto, como diz Fanon (2008, p. 124) “De vez em quando, dá vontade de parar. É duro investigar sobre a realidade. Mas quando alguém mete na cabeça que quer exprimir a existência, arrisca não encontrar senão o inexistente”. A despeito disso, nestes caminhos, busco aproveitar as oportunidades que conquisto; e aqui deixo claro que apesar de ser uma conquista pessoal que de forma nenhuma me foi oferecida de maneira gratuita, estas conquistas não são somente minhas, mas de todo povo negro que lutou para que pessoas como eu; mulher negra e pobre conseguisse ingressar numa universidade e sonhar com melhores condições de vida.

Contudo, entendo que numa pesquisa, a história pessoal do pesquisador como motivação para a mesma, pode comprometer o caráter científico desta. Nisto, damos importância dobrada ao nosso posicionamento distante, mantendo-nos sempre numa condição de estranheza diante de situações possivelmente familiar ou que nos remeta à



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

memória pessoal da pesquisadora, e para isso, seguiremos as motivações de outras pesquisadoras negras que tiveram suas histórias pessoais como motivação para suas pesquisas como: Gomes (1995; 1996; 2001; 2003; 2006) e Ribeiro (2016; 2017; 2018). Assim, buscaremos seguir os critérios e rigor que exige uma pesquisa de nível acadêmico sem perder de vista o seu caráter científico e problematizador.

De acordo com a Lei nº 9.394/96, que admite a matrícula no Ensino Fundamental de nove anos, a iniciar-se aos seis anos de idade, sendo a Resolução nº 3, de 3 de agosto de 2005, do Conselho Nacional de Educação normatizadora da nomenclatura a ser adotada, onde o Ensino Fundamental compreende a 9 anos de duração com a idade final de 14 anos, sendo os 5 primeiros anos correspondentes a idade de 6 a 10 anos com a nomenclatura de Anos iniciais e os 4 últimos anos correspondentes a idade de 11 a 14 anos com a nomenclatura de Anos finais. Compreendemos então que o público alvo desta pesquisa serão estudantes negras entre 8 a 12 anos de idade, matriculadas nos anos iniciais e finais do ensino fundamental de uma escola da rede pública municipal da cidade de Jequié -BA.

A escolha deste recorte geracional se deu pelo fato de que neste recorte, as estudantes encontram-se enquadradas legalmente na

categoria de criança, pois de acordo com a Lei Nº 8.069/90, Art. 2º: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Por entendermos que também, estas possuem capacidade de compreensão da pesquisa e conseqüentemente de respostas frente aos questionamentos que possivelmente vierem ocorrer.

Observamos então, algumas das dificuldades que os negros e negras enfrentam no Brasil, pois apesar da implantação da Lei, 10.639/03 e a lei 11.645/08 que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, ainda são visíveis as dificuldades no ambiente escolar, das crianças negras declararem sua ancestralidade/identidade étnico-racial negra, pois entendem que para se autodeclararem negras, estas crianças precisam estar resguardadas em uma elevada autoestima, uma vez que, esta declaração acarreta assumir em seu ambiente social/escolar que todas as injúrias relacionadas aos atributos físicos característicos de seu grupo étnico, procedem. (RAMOS 2015).

Numa pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE (2018), com a divulgação do estudo;



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil, mostra que as mulheres em 2016, gastaram 7,6% de tempo a mais do que os homens dedicado aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por semana, quando o fator raça/cor é colocado, as mulheres brancas gastam 7,3% de tempo a mais em relação aos homens brancos nestas atividades, já as mulheres pretas e pardas; que para o IBGE somam a população negra, o tempo gasto destas mulheres, nestas atividades é de 8% em relação aos homens negros .

Fazendo uma comparação entre as mulheres brancas e negras, o tempo gasto das mulheres negras é 0,9% a mais do que as brancas nestas mesmas atividades. Esta mesma pesquisa, traz outros dados sobre as mulheres como: Representação política, em 2017, só 10,5% dos assentos da câmara dos deputados são ocupados por mulheres. Os cargos gerenciais, apenas 39,1% são ocupados por mulheres.

Outro dado interessante também é que, sobre o ensino superior completo da população de 25 anos ou mais, as mulheres no total possuem, 6,2% a mais de instrução do que os homens, quando comparado a cor/raça, as mulheres brancas possuem 2,8% a mais de instrução, do que os homens brancos, já as mulheres pretas, possuem 3,4% a mais de instrução em relação aos homens pretos, entre

as mulheres, as brancas possuem, 13,1% a mais de instrução, do que as mulheres pretas. Assim, esses dados, é um fomento a mais que nos faz refletir sobre o gênero, a raça e ao período geracional em que as mulheres, em especial as mulheres negras, estão circunscritas nas relações sociais de gênero, classe e raça que perpassa por suas construções subjetivas de identidade.

Nesse sentido, ressaltamos a importância da boa aplicação da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” como política pública que busca desenvolver e afirmar as identidades diversas dos povos indígenas e negros, bem como a importância da discussão sobre a identidade negra no Brasil a medida que esta fomenta a luta do povo negro por reconhecimento e igualdade de direitos diante da sociedade nacional.

Diante do exposto destacamos para esta pesquisa a seguinte questão: Como as estudantes negras do ensino fundamental de uma escola da rede pública municipal da cidade de Jequié-BA constroem suas identidades étnicas-raciais?

Para melhor discutirmos este questionamento formulamos os objetivos geral e específicos. Estes juntos formam um quadro de questões a serem analisadas e que objetivam, além de discutir a problemática desta pesquisa, levantar outros questionamentos que poderão



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

ser discutidos em outras oportunidades de pesquisa.

Objetivos

OBJETIVO GERAL

- Analisar como estudantes negras do ensino fundamental de uma escola da rede pública municipal da cidade de Jequié-BA constroem suas identidades étnicas-raciais;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar qual a percepção das estudantes negras da escola pesquisada sobre o racismo;
- Identificar quais os demarcadores culturais e étnico-raciais influenciam no processo de construção da identidade étnico-racial negra das estudantes negras desta escola;
- Analisar como a escola colabora para a construção da identidade étnico-racial de suas estudantes negras;
- Identificar como são as relações de gênero e de etnia das estudantes desta escola;

Metodologia

De um modo geral, Alexandre (2009), fala que a necessidade de pesquisar surge a partir de inquietações a respeito de algum tema, com o qual desenvolvemos alguma empatia, seguindo em busca de respaldo para hipóteses

e afirmações. Gil (2002) alerta para o erro na ânsia de desenvolver uma pesquisa que não tenha sido traçada nos moldes que lhe garanta veracidade e imparcialidade além de pontuar a necessidade do olhar crítico frente aos preconceitos, bem como a formulação da questão norteadora que vai direcionar a pesquisa para o campo específico e a adequada revisão bibliográfica.

Desta forma, iniciamos a partir da revisão bibliográfica que será utilizada na elaboração da pesquisa durante todo o processo, pois tem como proposta expor dados publicados em revistas, livros, dissertações e tese sobre o tema e os subtemas discutidos na pesquisa, cumprindo assim, a finalidade de “colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto” (MARCONI e LAKATOS, 2004, p. 43). Como também nos fala Gil (2002):

Esse levantamento bibliográfico preliminar pode ser entendido como um estudo exploratório, posto que tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo no qual está interessado, bem como sua delimitação. Essa familiaridade é essencial para que o problema seja formulado de maneira clara e precisa. (GIL, 2002, p. 61).

Ao longo deste trabalho buscamos refletir as questões apresentadas nesta pesquisa, uma vez que, esta propõe de por meio de análise da



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

realidade pesquisada, responder ao objetivo geral desta pesquisa.

Esta pesquisa é uma investigação de campo de caráter sociológico do tipo qualitativa, pois de acordo com André (1985, p. 17) “é uma abordagem que tem suas raízes teóricas na fenomenologia”. O método de natureza qualitativa, para Minayo (2005), responde a questões muito particulares. porquanto fomenta no limite das Ciências Sociais, um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (MINAYO, 2015).

Muito semelhante a outras pesquisas de cunho sociológico, mas não igual, esta pesquisa tem o compromisso de trazer à tona os conceitos de identidade negra em estudantes negras do ensino fundamental de uma escola pública, com capacidade para responder, elas mesmas, por livre vontade, perguntas sobre as questões abordadas nesta pesquisa. Essa característica explica o caráter singular desta pesquisa, bem como sua relevância para a discussão da formação da identidade negra em crianças.

Discussão

Pollak (1992) nos traz a identidade como um processo construído socialmente através das memórias herdadas do grupo, numa subjetivação formulada individualmente onde

o indivíduo está entre estas relações que podem ser antagônicas e complementares.

Esta visão, coloca as experiências subjetivas, individuais e coletivas do sujeito como parte fundamental do processo de construção da subjetividade identitária. Para compreender melhor este processo, nos atemos ao conceito de subjetividade:

[...] a subjetividade pura se determina enquanto identidade dinamicamente plena, capaz de confirmar-se a cada acréscimo transcendental; com isso, todo ato do eu puro outorga-lhe uma propriedade estável correspondente, mesmo que a orientação semântica original do ato seja posteriormente abandonada. Tal persistência do ato forma o que Husserl denomina *habitus*, ou seja, a capacidade do eu de retornar continuamente a suas manifestações e de assumi-las integralmente enquanto seu produto de seu estilo de apropriação. É mediante o *habitus* que se instaura a permanência dos objetos efetivos ou possíveis inerentes ao ambiente mundano de cada eu concreto. (HUSSERL, 1950 apud ONATE, 2006, p. 113).

Bourdieu (2009) defende que a construção da subjetividade não é apenas uma dicotomia, essencialismo *versus* reducionismo. Assim, o mesmo formula que a subjetividade individual é construída a partir das relações. Nesta perspectiva, a ação formulada subjetivamente e estruturada a partir das conjunturas vividas de forma única, ou seja, nas práticas sociais que são organizadas ao mesmo tempo de modo



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

singular e coletivo que são condicionadas por memórias. (BOURDIEU, 2009).

Portanto, entendendo que a subjetividade é um processo contínuo resultante da interação das disposições internas do sujeito com o seu exterior; é a relação desta prática contínua que resulta na subjetividade que se configura parte fundamental do processo de construção da identidade.

Para Hall (1997) a identidade na visão sociológica coloca o sujeito numa constante troca com o seu exterior. Estamos constantemente em negociação, não com um único conjunto de oposições que nos situe sempre na mesma relação com os outros, mas com uma série de posições diferentes. Cada uma delas tem para nos o seu ponto de profunda identificação subjetiva. Essa é a questão mais difícil da proliferação no campo das identidades e antagonismos: elas frequentemente se deslocam entre si. (HALL, 2003, P. 346).

Munanga (2009), nos fala sobre a construção das identidades étnica do povo negro brasileiro, afirmando que este foi e ainda é um processo doloroso dado às condições em que este país foi fundado e como o povo negro foi trazido para cá.

Ao contrário da identidade branca, não marcada, pois o branco não precisa afirmar sua identidade uma vez que esta já se estabeleceu como identidade dominante, a

identidade negra, ao contrário da branca, sempre foi tida como inferior e diferente não só pelos fenótipos que reúne os seus sujeitos, mas também pelos históricos sociais de conjunturas subalternas que esses sujeitos e seus antepassados foram submetidos, diante disto, a reafirmação constante desta identidade se justifica para que se entenda que não se trata de inferioridade física e muito menos intelectual, mas, sim, de uma inferioridade que lhe foi imposta. (MUNANGA, 2012).

Munanga (2009) reflete sobre a importância da luta do negro na busca por afirmações identitárias.

Graças à busca de sua identidade, que funciona como uma terapia do grupo, o negro poderá despojar-se do seu complexo de inferioridade e colocar-se em pé de igualdade com os outros oprimidos, o que é uma condição preliminar para uma luta coletiva. A recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos de sua negritude antes de atingir os atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade (MUNANGA, 2009, p. 19).

Estes processos de resignificação e afirmação da identidade étnica negra que de modo algum acontece de maneira pacífica, ao contrário, sofre constante mutilação, uma vez que, como instrumento político a identidade negra assume o objetivo de promover através



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

da localização dos indivíduos em espaços previamente definidos nas esferas de poder a articulação entre os aparelhos do estado e os objetivos dos grupos engajados na luta pela consolidação dos direitos e a erradicação das diferenças sociais e políticas. (MUNANGA 2012).

Conclusão

Observando que o processo de construção da identidade étnica negra no Brasil se dá de forma penosa para muitos negros e negras em decorrência do seu histórico escravista, evoca-se uma necessidade urgente de desenvolvimento de uma identidade étnica em meio à diversidade de valores que, notadamente, emerge como fruto da dispersão, da segregação e do preconceito existente no Brasil. Fazendo-se urgente este processo, visto garantir uma valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade étnica e cultural do povo negro no Brasil. (HALL, 2003).

Na criança, a identidade negra, como qualquer outra, é construída no processo da vida mediada pelas relações. No entanto, diferente de outras identidades e de outras crianças; a criança branca, por exemplo, assumir a identidade negra implica vários fatores relativos ao racismo, pois ser negro no Brasil e ser aceito, significa negar-se a si mesmo. (GOMES, 2003).

Aproximando estas observações dos objetos desta pesquisa, analisaremos as construções das identidades subjetivas e sociais das estudantes negras participantes da pesquisa, sob a perspectiva de uma identidade mesclada como um componente da memória social do grupo étnico pesquisado, também estas análises perpassarão pelas memórias na categoria de gênero e de período geracional destes sujeitos, visto que, as memórias deste subgrupo – estudantes negras - que pesquisamos, podem apresentar significativas diferenças em relação a outros sujeitos do grupo étnico, do grupo de gênero e do grupo geracional da infância, pois de acordo com Fentress e Wickham (1992), a pesquisa com subgrupos requer um cuidado analítico consciente, já que este último pode ser subjugado pelas memórias do grupo maior. Sendo assim, observamos que a identidade e a memória social são estruturas que constantemente se misturam gerando interferências uma sobre a outra.

Referências bibliográficas

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia científica e educação**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

ANDRÉ, Marli Eliza D.A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas-SP: Ed. Papitus, 1995.

ANDRÉ, Marli E. D. A; LÜDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

BRASIL, **Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº. 7.716, 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347 de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

_____, **Lei 11.645, de 10 de março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

_____, **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: SECAD, 2006.

_____, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/ SEF, 2005.

_____, **Resolução nº 3, de 3 de agosto de 2005**. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Publicada no DOU de 08/08/2005, Seção I, pág. 27.

_____, **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

_____, **LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 08/5/2014.

_____, **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, Vozes, 2009.

CANDIDO, Antônio. **A estrutura da escola**. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice, M. **Educação e Sociedade**. 6. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

CORSARO, Willian. **Sociologia da infância**. Tradução de Lia Gabriele Regius Reis. Porto Alegre: Artmed; 2011.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador. EDUFBA, 2008.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória social: novas perspectivas sobre o passado**. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1992.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão**. n/d. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-umabreve-discuss%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 18/08/ 2017.

_____, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira**: desafios, políticas e práticas. **RBPAAE** – v. 27, n. 1, p. 109-121. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19971/11602>>. Acesso em: 20/06/2016.

_____, Nilma Lino. **Educação, Relações Étnico-Raciais e a lei nº 10.639/03: Breves Reflexões**. BRANDÃO, Ana Paula (org.).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.il. (A cor da cultura; v.4). Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/kit/MODOSDEFAZERWEBCORRIGIDA.pdf>>. Acesso em: 08 /05/ 2017.

_____, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** 2º edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 20. 2003. Disponível em: 0<

<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1.pdf>>. Acesso em: 15/06/2016.

_____, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?** *Revista Brasileira de Educação*. nº 21. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03>> . Acesso em: 08/05/2016.

_____, Nilma Lino. **Educação e Identidade Negra. Aletria** - 2002. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/issue/view/93>>. Acesso em: 06/06/2013.

_____, Nilma Lino. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade.** In: **Racismo e anti-racismo – repensando nossa escola** /Eliane Cavalleiro (orgs.) São Paulo: Summus, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidade e mediações culturais.** Organização Liv Sovik. Tradução Adelaine La Guardia Resende... [et al]. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

_____, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DPe Editora, 1997.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, nº 38, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acessado em: 27/07/2018.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 2010.** Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acessado em: 27/07/2018.

LAKATOS, E. M, MARCONI, A. M. **Metodologia científica.** 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2004.

LOPES, Véra Neusa. **Racismo, preconceito e discriminação.** In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola.** 2 ed. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Educação e diversidade cultural** Cadernos Penesb - Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira — FEUFF (n. 10) (janeiro/junho 2008/2010) Rio de Janeiro/Niterói — EdUFF/2008/2010. Pg. 37-54. Disponível em:



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

<http://www.uff.br/penesb/imagens/publicacoes/PENESB%2010.pdf>. Acessado em: 30/07/2017.

_____, Kabengele. **Negritude usos e sentidos, Coleção cultura Negra e Identidade**. 3ª ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2009.

_____, Kabengele. **Palestra diversidade etnicidade identidade e cidadania**.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. Projeto História, nº 10, dez. 1993.

ONATE, Alberto Marcos. **A noção husserliana de subjetividade transcendental**. Veritas, Porto Alegre, v. 51, p. 109-116, 2006.

ONU. **Declaração dos direitos da criança - Resolução ONU**, 20 de novembro de 1959.
ONU. Regras mínimas das Nações Unidas para administração da Justiça da Infância e da Juventude – Regras de Beijing - Resolução 40/33 – ONU – 29 de novembro de 1950.
ONU. Diretrizes das Nações Unidas para prevenção da delinquência juvenil – Diretrizes de Riad - 1º de março de 1988 – RIAD.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social estudos históricos**. Rio de Janeiro, Volume 2, nº 3, 1992.

RAMOS, Aline Oliveira. **Práticas de discriminação racial nos anos iniciais do ensino fundamental: sentidos de professoras**. 2015, 235f. Orientador (a): Nilma Margarida de Castro Crusoé. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Educação, Vitória da Conquista, 2015.

RIBEIRO, Djamila. (2016). Prefácio à edição

brasileira. In: DAVIS, Anjela. **Mulheres, raça e classe**, trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, pp. 11-13.

_____, Djamila. **O que é Lugar de Fala?** Belo Horizonte (MG). Letramento: Justificando, 2017.

_____, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo. Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. Ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.